

O desembargador do Tribunal Regional Federal 1, relator do processo que trata da paridade do pagamento do déficit do Plano A, negou o pedido da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, para suspender os efeitos da liminar concedida à Forluz em novembro de 2017.

Cabe destacar que a decisão favorável à Fundação não se trata ainda do julgamento do recurso (Agravo de Instrumento), que irá avaliar o mérito da medida liminar. Tampouco se refere ao objeto da ação.

Entenda

A ação foi ajuizada pela Fundação em 27 de outubro do ano passado. A liminar suspendeu a decisão da PREVIC de exclusão do artigo 57 do Regulamento do Plano A, que atribui integralmente às patrocinadoras a responsabilidade por eventuais déficits. O órgão havia determinado ainda a adaptação do plano de equacionamento do déficit, atualmente em execução.

A Previc alega que o dispositivo contraria a Emenda Constitucional 20/1998 e a Resolução CGPC 26, que estabelecem a paridade entre patrocinadoras e participantes. A Forluz no entanto, busca valer o que foi acordado à época da criação do Plano A, em 1997, mantendo a redação do Regulamento e assegurando que futuros déficits sejam pagos somente pelas patrocinadoras. Desta forma, o Conselho Deliberativo optou por discutir o assunto na Justiça. Clique [aqui](#) para saber mais sobre os argumentos apresentados pela Entidade.

Novos desdobramentos serão informados aos participantes oportunamente por meio dos canais de comunicação oficiais da Forluz.

Fonte: [Forluz](#), em 06.03.2018.